

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13904	20712/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - ADAQ.06.26.DCP-UCE_Aprovação da abertura do procedimento/Adjudicação e aprov. da minuta do contrato.		
Unidade Administrativa		
DCP - UCE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

PROPOSTA **N.º** **ADAQ.06.26.DCP-UCE**

Assunto: Proposta de Adjudicação - Ajuste direto para execução de empreitada ao abrigo do "Acordo Quadro Para a Execução de Obras de Manutenção e Conservação na Via Pública".

Contratação: Empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR".

Vocabulário CPV: 45233220-7 - Pavimentação de estradas	Prazo máximo de execução: 45 dias	Preço Base: €204.156,55
---	--	--

No âmbito do "**Acordo-Quadro Para a Execução de Obras de Manutenção e Conservação na Via Pública**", cuja abertura do procedimento foi aprovada em 28 de novembro de 2023, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, o dono de obra outorgou com o empreiteiro **BETUFAM, LDA**, em 2 de maio de 2024, o referido acordo para execução de obras de manutenção e conservação na via pública inseridas na esfera de responsabilidade do Município de Braga. Com a celebração do identificado acordo-quadro, o empreiteiro atribuiu ao contraente público o direito de opção de vir a celebrar vários contratos de empreitada de obras públicas (contratos optativos) para reparação da via pública, sendo trabalhos de manifesta simplicidade, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos, e que terão, cada um deles, por objeto a execução dos tipos de trabalhos previstos no mapa de quantidades daquele instrumento contratual.



Uma vez que os preços de todos os tipos de trabalhos já se encontram fixados no acordo-quadro celebrado, a adjudicação da presente empreitada para a execução dos trabalhos é efetuada de uma forma extremamente simplificada e desburocratizada, dado que é possível determinar previamente, pelos serviços municipais, através das necessidades de intervenção, os tipos de trabalhos a realizar e as quantidades associadas a cada contrato, assim definindo desde logo o preço contratual para efeitos de adjudicação.

Nos termos do n.º 2 da cláusula 16.ª e da alínea b) da cláusula 17.º do Caderno de Encargos, o procedimento de adjudicação resulta do apuramento dos preços unitários constantes das propostas dos três cocontratantes selecionados previamente no procedimento de Acordo Quadro.

Por aplicação dos preços unitários propostos aos tipos de trabalhos e quantidades indispensáveis à realização da intervenção em causa, ficaram apurados os valores globais, para a realização da presente empreitada, apresentados pelos concorrentes selecionados, nos termos seguintes:

- Alexandre Barbosa Borges, S.A: 201 980,61 Euros + IVA
- Betufam, Lda: 204 156,55 Euros + IVA
- Carlos A. Martins Vieira & Filhos, Construções Lda: 205 942,66 Euros + IVA.

No entanto, verificando-se que à data da presente proposta se encontram contratualizados e/ou em processo de adjudicação com a entidade Alexandre Barbosa Borges, S.A., no âmbito do presente procedimento de Acordo-Quadro, três empreitadas, a adjudicação da presente empreitada a essa entidade contrariaria o pressuposto de suspensão transitória do processo de seleção prevista no n.º 3 da Cláusula 16.ª, propõe-se a adjudicação da empreitada supracitada à entidade **BETUFAM, LDA**, pelo valor de **€204.156,55 + IVA**, ordenada na segunda posição na lista de classificação acima representada, por aplicação dos preços unitários propostos aos tipos de trabalhos e quantidades indispensáveis à realização da intervenção em causa.

I - Objeto e caracterização da obra a executar:

Para cumprimento das suas atribuições no domínio da gestão, manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias municipais, torna-se necessário promover a execução da empreitada "**REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR**", dado que os arruamentos referidos estão classificados como Estrada Municipal que serve de via distribuidora local, em zona maioritariamente residencial.

O pavimento rodoviário desta via apresenta-se com avançado estado de degradação, agravada por várias intervenções de reforço das infraestruturas, sendo possível observarem-se inúmeras patologias, identificadas na caracterização do pavimento, e que evidenciam essencialmente fadiga e insuficiente capacidade de carga do pavimento.

Com esta intervenção pretende-se repor condições de conforto e segurança do pavimento.

O preço contratual foi determinado no montante de **€ 204.156,55**, ao qual acrescerá o IVA, calculado à taxa legal em vigor, resultante dos preços unitários fixados no acordo quadro, às quantidades apuradas para esta empreitada, segundo os trabalhos que se prevê realizar. As quantidades previstas encontram-se discriminadas no mapa de medições que faz parte integrante deste processo.

O prazo máximo da empreitada é de **45 dias**.

Local da obra: Freguesia de S. Vitor, concelho de Braga.



II - Adjudicação da empreitada:

Assim, submete-se à consideração superior, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 25.º, n.º 1, c); 36.º n.º 1; 257.º e 258.º, todos do Código dos Contratos Públicos, a presente proposta de adjudicação da empreitada supramencionada à empresa **Betufam, Lda**, pelo valor **€204.156,55 (duzentos e quatro mil, cento e cinquenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA, calculado à taxa legal em vigor e com o prazo de execução de **45** dias.

II.I – Caução

Não é exigida a prestação de caução.

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar.

II.II – Minuta do Contrato:

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o presente adjudicatário.

II.III – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, após a aprovação, proceder-se-á ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário, sendo o mesmo igualmente notificado para apresentar os seguintes documentos:

- Plano de trabalhos; plano de mão-de-obra; plano de equipamentos e plano de pagamentos ajustados à obra;
- Termo de responsabilidade do diretor técnico da obra;
- Plano de segurança e saúde em fase de obra;
- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

III - Gestor do Contrato:

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao Eng. **Francisco Marques**, que atuará na supervisão dos trabalhos e no garante do cumprimento do contrato, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

IV - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109º do CCP, sejam delegadas nos serviços da Divisão de Contratação Pública - Unidade de Contratação de Empreitadas (DCP-UCE), as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- Proceder à correção de erros de cálculo e de escrita das peças do procedimento;



- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes à decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

V - CABIMENTO E COMPROMISSO

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 101237 e compromisso n.º 135364, ambos de 22/04/2026.

22 de abril de 2026,

Pelos Serviços da DCP-UCE,

Em anexo à presente proposta:

- Minuta do contrato.

Em anexo nos documentos do respetivo processo:

- Cabimento;
- Compromisso.
- Projeto Execução;
- Lista de quantidades e preços unitários.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao procedimento **ADAQ.06.26.DMOSM**, respeitante à contratação pública – Empreitada **“REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 20 de abril de 2026



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º ADAQ.06.26.DCP-UCE**“REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR”.**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: BETUFAM, LDA., com sede na Rua Dr. José Duarte Júnior, Bloco 3, Edifício Cabrilho, 5470-248 Montalegre, pessoa coletiva n.º 516016563,, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de € (..... euros), aqui representada por, na qualidade decom poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Em 2 de maio de 2024, pelos outorgantes, foi celebrado o Contrato de Acordo Quadro n.º AQ.01.23.DMOSM, designado por “**ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA VIA PÚBLICA**”, na sequência do procedimento por Concurso Público: AQ.01.23.DMOSM, que tem por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via pública, na esfera da responsabilidade do Município de Braga;
- b) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, no exercício do direito de opção previsto no identificado **acordo quadro**, autorizou a contratação e adjudicou ao empreiteiro, a presente empreitada, por ajuste direto, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 25.º, n.º 1, c) do *Código dos Contratos Públicos*, a obra de “**REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR**”, tendo, em simultâneo, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º, do *Código dos Contratos Públicos*;
- c) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a



seguinte: 07/07030301, conforme indicado na informação de cabimento n.º 101237, e na informação de compromisso n.º 13564, ambos de 22/04/2026. _____

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

_____ É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º

(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato de empreitada tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à obra de **“REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DE SÃO VÍTOR E D. PEDRO V - SÃO VÍTOR”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento do *acordo quadro* identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação. _____

_____ 2. Os trabalhos de execução da empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o caderno de encargos, memória descritiva e justificativa, condições técnicas especiais e restantes peças patenteadas a concurso. _____

_____ 3. A execução dos trabalhos, além de obedecerem às peças do procedimento, obedecem também às quantidades e respetivos preços unitários, previstas no mapa de trabalhos patenteados no presente procedimento, o qual faz parte integrante deste contrato. _____

Artigo 2.º

(Local da obra)

_____ Os trabalhos desta empreitada serão executados na **freguesia de S. Vitor**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do presente procedimento. _____

Artigo 3.º

(Preço contratual)

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de **€204.156,55 (duzentos e quatro mil, cento e cinquenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____



Artigo 4.º**(Condições de pagamento)**

____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º**(Revisão de preços)**

____A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, obedecendo à fórmula: **F17 – Pavimentação de estradas**._____

Artigo 6.º**(Prazos de execução da empreitada)**

____O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **45 (quarenta e cinco) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos no caderno de encargos e proposta para adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º**(Cessão da posição contratual)**

____1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, e ainda, dos requisitos constantes do n.º 2 do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do referido *Código*._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____



____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 10.º

(Caução)

____Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o dono da obra procederá à retenção de **10%** do valor de todos os pagamentos a efetuar, a título de caução, nos termos do disposto no n.º 3 ao artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, conforme previsto no caderno de encargos._____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º

(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o **Eng.º Francisco Marques**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____



____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º

(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: francisco.marques@cm-braga.pt _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: geral@betufam.pt _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha



acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____



____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º

(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º

(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga._____

Artigo 17.º

(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º

(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____



Artigo 19.º**(Vigência)**

_____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura._____

_____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

Pelo Empreiteiro,

(.....)

